

SANTO AGOSTINHO E O LIVRE-ARBÍTRIO NA DIGNIDADE DO HOMEM

ROBERTO CARLOS DA SILVA LOURO¹; Prof. Dr. SÉRGIO RICARDO STREFLING²

¹ Universidade Federal de Pelotas – rlouro@terra.com.br

² Universidade Federal de Pelotas – srstrefling@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A dignidade é um atributo humano, sentido, criado pelo homem, por ele desenvolvido e cada vez mais transforma-se em objeto de estudo e preocupação para preservação da sociabilidade. Neste trabalho mostraremos que o termo “*dignitatis*” que consiste em tudo aquilo que tem relevância moral, honra, honestidade, justiça e em especial, respeito ao outro, isto é, seu semelhante na vida em sociedade, não é uma preocupação da filosofia contemporânea, mas que encontra-se presente em toda história da filosofia, sendo tema fundamental na obra de Santo Agostinho, que coloca o homem numa posição superior em relação a todos os outros seres.

No entendimento de Agostinho, podemos perceber sua preocupação na distinção entre coisas, animais e o grau de excelência atribuído aos seres humanos, justificados nos fundamentos da fé, considerada como estrutura básica de moralidade.

A vida em sociedade representa uma constante batalha para os seres humanos que são violados ou cerceados dos seus direitos sociais básicos, imersos em uma dicotomia onde, de um lado existem manifestações de defesa de grupos sociais e na contra mão o desprezo à dignidade.

Na filosofia de Santo Agostinho, a preservação do homem como imagem e semelhança de Deus, exigem o uso da sua liberdade voltada para uma ética social de justiça e preservação da dignidade, sobre todos os demais interesses da vida material. Portanto, devemos considerar que a dignidade é indispensável como instrumento para admissão da convivência social e evolução humana.

Constatamos nas obras de Santo Agostinho a relação do homem como imagem de Deus e portanto com a responsabilidade de agir conforme os mandamentos do criador para pretender sua graça e salvação. Na obra *A Cidade de Deus*, o autor apresenta esta relação e salienta os bens naturais básicos para uma vida digna, dizendo:

É com justiça que, no último suplício, em meio das torturas, os injustos e os ímpios choram as perdas dos bens naturais, pois sentem a exata justiça que lhes retira, após haverem desprezado a bondade infinita que lhes deu. Deus, pois, sapientíssimo criador e justíssimo ordenador de todas as naturezas, que na terra estabeleceu o gênero humano para ser-lhe o mais belo ornamento, deu aos homens certos bens convenientes a esta vida, quer dizer, a paz temporal, pelo menos a de que nosso destino mortal é capaz, a paz na conservação, integridade e união da espécie, tudo o que é necessário à manutenção ou a recuperação desta paz, como, por exemplo, os elementos na conveniência e no domínio de nossos sentidos, a luz visível, o ar respirável, a água potável e tudo quanto serve para alimentar, cobrir, curar e adornar o corpo, sob a condição, muito justa, por certo, de que todo mortal que fizer uso legítimo desses bens

apropriados à paz dos mortais os receberá maiores e melhores, a saber, a paz da imortalidade, acompanhada de glória e de honra próprias da vida eterna, para gozar de Deus e do próximo em Deus. Quem usar indignamente de tais bens perdê-los-á, sem receber os outros. (AGOSTINHO, 2012, p.478).

Ao conceder ao homem o livre-arbítrio, o Criador sabia que, com essa potência da vontade, o ser humano poderia pecar. Ao homem, Deus concedeu a nobreza de possuir uma alma racional e dotada de livre-arbítrio, para que, voluntariamente, pudesse aproximar-se do Criador e permanecer voltado a Ele.

A liberdade consiste em que, sabendo identificar, através da razão, os preceitos da virtude, o homem possa optar por eles e, conseqüentemente, afastar-se das sugestões e armadilhas do mal, alcançando sempre mais a sabedoria.

Sendo o livre-arbítrio uma potência capaz de causar os atos humanos, e potência livre, a vontade tem o poder de causar um querer bom ou um querer voltado ao mal.

A importância do livre-arbítrio da vontade, tem papel fundamental nas escolhas e ações dos homens, sendo determinante nas decisões que imprimem na vida social as condições necessárias em relação aos preceitos de dignidade.

A liberdade do homem é fundamental para a realização da justiça de Deus. Se o ser humano fosse programado apenas para fazer o bem, a recompensa perderia seu sentido. Da mesma forma, se ele fosse criado apenas para provocar o mal, o castigo perderia seu valor. Se a opção por provocar o mal não fosse de responsabilidade do homem, a punição seria injusta. Portanto, a vontade livre foi concedida ao homem, para que, espontaneamente, pudesse optar entre as sugestões do bem e do mal.

Sendo responsáveis por suas ações, os homens serão dignos de receber o prêmio ou a advertência, conforme a justiça do Criador. Deus, em sua plena justiça, exige que os atos humanos, seja o bem praticado ou a opção em provocar o mal, sejam voluntários, frutos de uma ação livre.

Assim, ficam preservadas e guardadas as duas realidades da teoria moral agostiniana: Deus é presciente e providente, e o homem é o possuidor do livre-arbítrio da vontade, o que o faz responsável perante suas ações.

Possuindo uma alma racional, o homem tem a capacidade de conhecer e interagir com a criação. Desde os sentidos, que experimentam o mundo, até a capacidade da razão e compreensão da realidade, o que é privilégio do homem perante os animais.

No contexto de uma filosofia cristã, agir sem preservar a dignidade do outro é fruto de uma vontade desregrada do homem, enquanto responsável pelo dom recebido do Criador, a saber, o livre-arbítrio. Para Agostinho, Deus é o Ser supremo, o Bem por excelência e é para Ele que o livre-arbítrio humano deve voltar-se.

Enquanto ser existente no mundo, o homem deve orientar sua vontade livre segundo a razão, de modo a utilizar-se dos bens passageiros apenas como um meio para alcançar e fruir da única felicidade completa, o repouso no Deus Criador. A razão é um poder concedido à alma humana, a fim de que possa ascender, desde os conhecimentos sensíveis até o reconhecimento de que há uma Verdade totalmente transcendente, o Sumo Bem.

Pelo poder racional, o homem move-se, enquanto ser moral, de acordo com a reta ordem estabelecida pelo Criador. O mal reside no afastamento dessa reta ordem, fazendo com que o homem ceda à concupiscência do pecado e de forma desorientada e egoísta, almeje constantemente os bens básicos naturais do seu semelhante, ferindo sua dignidade.

Como ser racional e livre, cabe ao homem viver com dignidade e permitir que os outros também tenham uma vida digna, orientando-se segundo as virtudes, a fim de que possa buscar a plena felicidade, que está somente em Deus.

Santo Agostinho propõe uma ética cristã, autêntica, verdadeira e fiel, fundada no “Amor a Deus”. A expressão deste amor se dá pela consideração da relação com o próximo na vida em sociedade, sem esquecer-se da relevância consigo mesmo. Caracterizado como fundamento ético, a busca da vida eterna, sendo a finalidade do projeto racional de todo cristão.

É na “Cidade dos Homens” que o homem ao praticar fazer o bem e viver em paz, mostra ser um homem político e demonstra as condições de possibilidade de habitar a “Cidade de Deus”, atingindo a verdadeira felicidade.

A preservação da vida humana, através dos interesses da coletividade, elevam o homem no plano da criação, garantindo promoção da dignidade humana.

O homem para chegar a “Cidade de Deus”, precisa ir além de um plano natural de Deus, dependendo essencialmente das suas escolhas e sua consequente responsabilidade durante seu convívio social na “Cidade dos Homens”, o que caracteriza como instrumento fundamental de uma ética social, o uso do seu livre-arbítrio.

2. METODOLOGIA

Neste projeto utiliza-se como metodologia, a pesquisa e análise através do levantamento bibliográfico das obras de Santo Agostinho, sua respectiva catalogação e a investigação do conceito de dignidade e sua ligação com o livre-arbítrio da vontade, nos pressupostos teológicos de uma filosofia cristã.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

Nesse trabalho admite-se um Deus criador que fez do homem sua imagem (*imago Dei*) e semelhança, baseada na concepção cristã, e neste contexto, acredita-se ter atingido o objetivo desta discussão, que semeia como fundamento a concepção de um axioma teológico como conceito filosófico de dignidade da pessoa humana.

4. CONCLUSÕES

Este projeto encontra-se na fase inicial, onde busca-se definir um conceito para dignidade da pessoa humana no entendimento de Santo Agostinho. O que é este agir com responsabilidade no uso correto do livre-arbítrio da vontade. Na vida em sociedade nossas ações, podem prejudicar ou violar a dignidade das

pessoas que convivemos. Mesmo Agostinho não tratando diretamente da dignidade, em suas obras, ele preocupa-se com a demonstração de inteligência do sábio, do agir com consideração ao outro e ainda no bom uso do livre-arbítrio da vontade. Os preceitos morais que levam ao agir com liberdade, devem conter o respeito à dignidade dos nossos semelhantes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus**. Tradução de Oscar Paes Leme. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 2v.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de J. Oliveira e Ambrósio de Pina. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

AGOSTINHO, Santo. **O Livre-arbítrio**. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.

BROWN, Peter R.L. **Santo Agostinho, uma biografia**. Tradução de Vera Ribeiro. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.